



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO



Mônica Rodrigues Teixeira

Educação de Jovens e Adultos na Pedagogia da Alternância: uma experiência
do curso na Escola Família Agrícola Bontempo

Belo Horizonte - MG

2014

Mônica Rodrigues Teixeira

Educação de Jovens e Adultos na Pedagogia da Alternância: uma experiência
do curso na Escola Família Agrícola Bontempo.

Monografia apresentada à Faculdade
de Educação da Universidade Federal
de Minas Gerais, como requisito para
obtenção do grau de especialista no
curso de Especialização em Educação
do Campo.

Orientadora: Maria de Fátima Martins

Coo-orientador: João Batista
Begnammi

Belo Horizonte - MG

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me confiou a sabedoria para construir esse trabalho. Em segundo lugar agradeço a minha família, que é meu porto seguro, me apoia e me incentiva. Minha mãe, Maria, foi uma grande incentivadora na realização deste trabalho, por ser ela, também uma integrante dessa turma tão especial. Ela também acreditou e participou efetivamente da construção desse projeto, e hoje, aos 63 anos, está próxima de realizar o seu sonho de concluir o Ensino Médio.

Agradeço de forma muito especial ao movimento das Escolas Famílias Agrícolas, que contribuiu e contribui tanto com a minha formação humana e profissional, em especial a EFA Bontempo que foi por muito tempo a minha segunda casa, onde eu tive a oportunidade de me formar, e onde hoje retorno para conhecer essa história tão bonita.

De forma muito especial, agradeço a cada um dos educandos da EJA, que contribuíram tanto com esse trabalho. De forma tão carinhosa compartilharam comigo suas histórias, seus sonhos, seu conhecimento, despertou em mim um sentimento de gratidão, pois foram estas pessoas somadas a tantas outras que lutaram pela conquista do direito à escola para que eu e muitos outros jovens pudéssemos estudar com dignidade.

Estendo o meu agradecimento também a toda a coordenação do curso de Especialização em Educação do Campo e aos educadores da Faculdade de Educação com quem tive o privilégio de me relacionar e aprender, em especial minha orientadora Maria de Fátima Martins pelo incentivo e Marinalva Jardim Franca Begnammi e João Batista Begnammi, que, com gratuidade disponibilizaram um pouco do seu tempo para me ajudar.

Por fim agradeço a todos os companheiros da turma Carlos Eduardo Mazzetto, por todos os momentos de partilha de conhecimentos e alegrias. Obrigada pelo companheirismo e pelo carinho de todos.

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo de busca. Ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” (Paulo Freire).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. EDUCAÇÃO E JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	9
3. PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO BRASIL E EM MINAS GERAIS	16
4. ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA BONTEMPO	26
5. O CURSO DE FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA BONTEMPO	29
6. RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
7. REFERÊNCIAS	42

1. INTRODUÇÃO

Este texto é resultado de uma pesquisa, que buscou compreender como os instrumentos pedagógicos da Pedagogia da Alternância são implementados na formação de jovens e adultos em uma Escola Família Agrícola no vale do Jequitinhonha, analisando os desafios encontrados, tanto pelos sujeitos quanto pela escola e também as perspectivas desta formação.

Sabe-se que, a educação brasileira ao longo da história sempre esteve a serviço das classes privilegiadas. A educação e o poder mantêm uma estreita relação em nossa sociedade, e, quando se refere ao campo não é diferente.

O processo de escolarização se deu pressionado pela revolução industrial, então na sua gênese já tinha muito claro, qual seria o papel da educação e desses sujeitos que seriam “formados”. Nesse processo educacional não se considerou as especificidades dos camponeses e camponesas, a educação destes, sempre teve como referência o que era trazido da cidade e introduzido nas escolas do campo.

A pesquisa que se intitula “Educação de Jovens e Adultos na Pedagogia da Alternância: uma experiência do curso na Escola Família Agrícola Bontempo” teve como colaboradores alunos de uma turma de jovens e adultos do campo que estão em formação na Escola Família Agrícola Bontempo, município de Itaobim, vale do Jequitinhonha. Estes sujeitos trazem consigo as marcas deixadas pela falta de acesso à escola. A eles foi negado o direito de estudar, de buscar na educação o caminho para a transformação de suas vidas. São também sujeitos da Educação do Campo que é tão plural e diversa.

A Educação do Campo é compreendida como uma modalidade de ensino usada para atender aos povos do campo, com suas especificidades, abarcando todos os níveis e modalidades da educação, inclusive a EJA, sendo esta uma modalidade pensada para atender a jovens e adultos que, por motivos diversos, não tiveram condições ou oportunidades para estudar na faixa etária correspondente ao que determina a legislação para cada tempo de aprendizagem. (SOUZA E SANTOS, 2012, p. 239)

A turma em questão é constituída por lideranças de movimentos sociais do campo, predominantemente movimento sindical. Muitos são pais e mães de estudantes ou egressos da mesma EFA, e inclusive fizeram parte do processo de criação da mesma. Estes estudantes estão cursando o 1º ano do Ensino Médio integrado ao curso técnico em agropecuária em regime de alternância.

Este curso se constitui como a primeira experiência de formação na modalidade de EJA implementada em uma EFA de Minas Gerais. O processo de formação se dá nos moldes da pedagogia da alternância, com encontros bimestrais.

A EFA desenvolve com os estudantes da turma de EJA os mesmos instrumentos pedagógicos desenvolvidos com os demais estudantes, de forma contextualizada, uma vez que suas vivências são diferenciadas. O esforço foi então no sentido de, analisar de que forma a utilização de tais instrumentos contribui na formação de jovens e adultos e os entraves encontrados nesse processo de construção coletiva.

Para melhor situar o leitor deste texto quanto à motivação e interesse pela pelo tema, faz-se necessário que eu me apresente enquanto militante do Movimento Escola Família Agrícola. Venho de uma família ligada aos Movimentos sociais do campo, sobretudo Movimento Sindical. Sendo assim, compreendi desde muito cedo que existem desigualdades entre cidade e campo e que é preciso haver luta para que elas diminuam.

Minha família fez parte do processo de implantação da EFA Bontempo desde a sua concepção até a efetivação do processo no ano de 2001 quando se iniciaram as atividades letivas. Me tornei estudante da mesma EFA no ano de 2004 e desde então cultivo uma intrínseca relação com o Movimento. Vejo como uma feliz oportunidade a realização desta pesquisa com a turma de EJA da qual a minha mãe faz parte.

Além de estudar na EFA, fui também estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo na UFMG, que assim como as EFAs, adotam também a Pedagogia da Alternância. Em todo o período de formação tanto no curso de Licenciatura quanto na Especialização estive como educadora na Escola Família Agrícola de Comercinho, o que permitiu que eu colocasse em prática

os conhecimentos adquiridos e me aprimorasse sobre a Pedagogia da Alternância.

Para a realização deste trabalho, além dos estudos bibliográficos foram realizadas entrevistas com os estudantes, para que os próprios contassem como foi o processo de construção do curso de EJA na EFA, uma vez que eles foram os protagonistas desta história. As entrevistas foram feitas também, no intuito de que eles compartilhassem suas experiências, falassem das práticas pedagógicas adotadas no curso, e da importância desta formação na vida pessoal, profissional, política e social dos sujeitos. As entrevistas foram realizadas de forma coletiva, utilizando o método de Grupo Focal, que me ajudou a interagir com os sujeitos da pesquisa, colhendo dados a partir da discussão focada em tópicos específicos.

Outro momento da pesquisa foi o de análise documental. Neste momento foram analisados todos os documentos referentes ao curso de EJA na EFA, como Projeto Político Pedagógico; Plano de Formação; Plano de Curso; Regimento Interno; Matriz Curricular e Resolução do CNE sobre EJA. A análise documental foi feita com o objetivo de conhecer as bases legais e pedagógicas do curso de EJA.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos como recurso a observação dos processos de ensino aprendizagem desenvolvidos na EJA na escola. Através da observação foi possível perceber como é a relação dos estudantes entre si, como é o comportamento destes durante as aulas, suas contribuições nos debates e a relação de pertencimento que eles têm com a EFA como um espaço construído por eles.

Os dados coletados no campo de pesquisa dialogam com os referenciais teóricos, ao passo que estes servem como subsídio para a compreensão e reflexão das informações obtidas no campo de pesquisa.

Este trabalho foi organizado em quatro capítulos que buscam discutir as questões relativas à Educação do Campo e a Educação de Jovens e adultos, haja vista que estes dois campos de luta e disputa têm ao longo da história, diversas aproximações. O primeiro capítulo traz informações da construção histórica da EJA; o segundo capítulo aborda um pouco do histórico da Pedagogia da Alternância, desde a experiência das *Maison Familiale Rurale*, no interior da França até a disseminação desta experiência no Brasil em Minas

Gerais, e discute as bases pedagógicas das EFAs; O terceiro capítulo discute especificamente o histórico e práticas da EFA Bontempo; o quarto conta a história do curso de EJA na EFA Bontempo a partir do olhar dos sujeitos educandos.

Este trabalho pretende contribuir para que experiências como esta se tornem realidade em outros espaços e possa ajudar outros sujeitos na conquista da liberdade, uma vez que, a educação é ferramenta fundamental para que o ser humano conheça e interfira no mundo à sua volta, ou seja, é instrumento de transformação da realidade.

2. EDUCAÇÃO E JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

O tratamento dado àqueles que não tiveram acesso à escolarização na idade própria, foi ao longo da história um tratamento desigual, e nem sempre preocupado com a formação dos sujeitos e sim com o aspecto econômico desta formação, uma vez que, ter mão-de-obra qualificada no mercado é fundamental para a manutenção do sistema capitalista em que vivemos.

As reformas educativas, na verdade, vêm dando ênfase aos aspectos econômicos e de controle administrativo. Importa mais a formação da mão-de-obra para o capital do que formação do cidadão para a sociedade. Importa mais o ajuste econômico dos sistemas escolares públicos à lógica neoliberal da reforma do estado do que o investimento social que a educação proporciona para a sociedade. As instâncias centrais estabelecem os currículos e critérios mínimos de assimilação de conteúdos, assim como o sistema de avaliação também centralizado, e deixa muitas vezes para o jogo do mercado a melhoria da qualidade do ensino. (HADDAD 2001 p. 198)

É importante que este estudo faça um paralelo refletindo também sobre a educação ofertada no campo, uma vez que, os sujeitos desta pesquisa, além de apresentarem uma especificidade do ponto de vista da formação, ou seja, são jovens e adultos que não tiveram acesso à escola na idade própria, apresentam também uma especificidade do ponto de vista da espacialidade; são camponeses e camponesas.

Referindo-nos ao povo camponês, sabemos que o processo de marginalização destes no BN sistema educacional foi ainda mais cruel. A escolarização sempre teve um caráter dualista, privilegiando a classe dominante, sobretudo do meio urbano. Até meados do século XX, nota-se que não havia uma preocupação com a escolarização do campo, uma vez que para se trabalhar na atividade cafeeira que era a principal atividade econômica da época não havia necessidade de escolarização.

Se o povo camponês não tinha sequer acesso à escola, a ideia de uma escola que tivesse uma proposta específica para atendê-lo era um sonho ainda mais distante.

Os camponeses fazem parte do processo marginal criado pela ideologia dominante que criou determinadas representações simbólicas na consciência dessas populações rurais a fim de minimizá-las e atrelá-las ao poder de classe. Para isso, utilizaram sempre arquétipos onde a figura do homem e da mulher camponesa era e ainda são os atrasados, os “fora do lugar”, os “jeca tatus”. (WANDERLEY 1997, p.23),

Ainda na primeira metade do século XX, a modernização do campo como estratégia para o capital é colocada em pauta. Nesse período, o modelo de educação rural passa a privilegiar o capital, tendendo a desestruturar a agricultura familiar. O objetivo principal era “formar” trabalhadores para lidar com máquinas, insumos agrícolas e outras tecnologias que surgem para potencializar os latifúndios. Inclusive é nesse contexto que surgem as primeiras experiências de escolarização de adultos no país, uma vez que o interesse nessa época era de se escolarizar as camadas mais baixas da sociedade para garantir mão-de-obra qualificada no processo de industrialização que estava a todo vapor no país.

Uma informação relevante no contexto histórico da educação rural e da Educação de jovens e adultos é o fato de ambas só terem sido citadas na constituição brasileira em 1934.

[...] em que pese o Brasil ter sido considerado um país de origem eminentemente agrária, a educação rural não foi sequer mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891,

evidenciando-se, de um lado, o descaso dos dirigentes com a educação do campo e, do outro, os resquícios de matrizes culturais vinculadas a uma economia agrária apoiada no latifúndio e no trabalho escravo. (BRASIL, 2001, p. 3)

Na primeira Constituição, de 1824, o seu art. 179, inciso XXXII, trazia em seu texto apenas “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”(SOUZA E SANTOS, 2012, p. 239). Cabe lembrar que, nessa época, a cidadania estava relacionada aos títulos e bens possuídos e a educação excluía as mulheres, escravos e agregados. Quanto à Constituição de 1891, esta também não valorizou a Educação do Campo mencionando apenas em seu art. 72 a “laicidade e liberdade do ensino nas escolas públicas”. (SOUZA E SANTOS, 2012, p. 239). Vale lembrar que esta mesma constituição condicionou o voto à alfabetização, o que fez aumentar o interesse pela escolarização rural, com o surgimento de cursos noturnos, atrelado aos interesses da economia agrária que neste momento dependia de conhecimentos básicos de leitura e escrita.

Ainda segundo Souza e Santos “a educação rural e a educação de adultos se inserem na legislação brasileira com a Constituição de 1934, em meio a um grande debate para conter o fluxo migratório cidade-campo e, assim, poder elevar o grau de produtividade no campo”.(SOUZA E SANTOS, 2012, p. 239) Neste momento da história há uma grande preocupação em conter o fluxo migratório por dois motivos básicos. Primeiro que o mercado urbano não tinha condições de absorver toda a mão-de-obra das pessoas que vinham do campo para a cidade, e segundo que era preciso manter essas pessoas no campo para que se elevasse a produtividade do mesmo. Neste contexto a educação surge como uma preocupação da classe política e de educadores brasileiros, como uma estratégia de “fixação do homem no campo” (PAIVA, 1987 p. 127).

A essa ameaça permanente, sentida pelos grupos dominantes, políticos e educadores tentavam responder com uma educação que levasse o homem do campo a compreender o “sentido rural da civilização brasileira” e a reforçar os seus valores, a fim de fixá-lo à terra, o que acarretaria a necessidade de adaptar programas e currículos ao meio físico e à cultura rural (CALAZANS, 2005, p.25).

No período da revolução industrial começa a se observar uma demanda social pela educação. Essa demanda partia principalmente das classes médias que via, na educação um meio de se ingressarem nos processos de industrialização. No campo, no entanto a realidade era diferente:

A ausência de uma consciência a respeito do valor da educação no processo de constituição da cidadania, ao lado das técnicas arcaicas do cultivo que não exigiam dos trabalhadores rurais, nenhuma preparação, nem mesmo a alfabetização, contribuíram para a ausência de uma proposta de educação escolar voltada aos interesses dos camponeses. (BRASIL, 2001, p. 9)

Neste período, os homens e mulheres analfabetos constituíam metade da população que vivia no campo, suportando as marcas da desigualdade e sendo impedidos de participar da vida social do país.

Na década de 1940 as lutas pela implementação de políticas de Educação de Jovens e Adultos entram em efervescência e ganham destaque no país, sobretudo com o lançamento da *Campanha Nacional de Educação de Adultos*, em 1947, que colocou a questão do analfabetismo adulto em pauta. (COVALITO E ARRUDA, 2014).

Em 1.967 foi lançado o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, que, no início visava atender analfabetos de 15 a 30 anos, objetivando o termo de “alfabetização funcional”, ou seja, tinha como foco ensinar a ler e a escrever. (COVALITO E ARRUDA, 2014).

O projeto MOBREAL permite compreender bem essa fase ditatorial porque passou o país. A proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição estendeu sobre seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos programas (BELLO, 1993, p.38).

Na década de 70 o Mobral se expandiu, e em 1.985 teve seu fim, quando surgiu a Fundação Educar, que tinha como objetivo apoiar técnica e financeiramente as iniciativas de alfabetização existentes.

No que se refere à legislação, a EJA é referenciada pela primeira vez na Lei 5692/71, em capítulo próprio sobre o Ensino Supletivo. Esta

modalidade de ensino foi regulamentada tendo as seguintes funções básicas: a suplência, o suprimento, a aprendizagem e a qualificação, mediante a oferta de cursos e exames supletivos (SOARES, 2001, p.206).

Na Constituição de 1988 o Estado amplia suas obrigações em relação à Educação de Jovens e Adultos, garantindo no Título dos Direitos Individuais e Coletivos, o direito à Educação a todos os cidadãos brasileiros, visto que o artigo 208 diz que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

Neste momento houve uma preocupação com os cidadãos que não tiveram condições de escolarização na idade própria. Para cumprir o que determina a constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9394/96, reconhece a EJA como Modalidade da Educação Básica: “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio, na idade própria” (BRASIL, 1996).

A referida lei determina:

12 Art. I: A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: VII. oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola(BRASIL, 1996).

A EJA é também mencionada no Capítulo II, sendo compreendida como parte do ensino fundamental e médio. Na seção V desse Capítulo, o Art.37 afirma:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola (BRASIL, 1996).

Efetivar políticas educacionais que contemplem aqueles que foram privados do acesso à escola significa sanar uma dívida que o estado tem para com a sociedade brasileira.

Para Soares, “ser privado do acesso aos processos de escolarização significa a perda de um dos instrumentos mais significativos para a convivência na sociedade atual” (SOARES, 2002, p.15). É por isso que, as políticas educacionais formuladas para a EJA devem ser para além da garantia do acesso à educação que é direito de todo cidadão e dever do Estado. É necessário reconhecer as diferenças apresentadas pelos sujeitos jovens e adultos no processo de aprendizagem e atendê-los nas suas especificidades.

Paulo Freire¹ se dedicou à Educação de Jovens e Adultos e contribuiu de forma significativa para sua consolidação no Brasil. Para Freire, a Educação de Jovens e Adultos deveria ir além da mera decodificação, do ler e escrever em si. Para ele o pior analfabeto era aquele que não sabia ler o mundo a sua volta. A Educação Freireana tinha o desafio de vencer primeiro o analfabetismo político dos sujeitos, a partir das suas experiências vivenciais, para depois vencer suas limitações quanto à leitura e a escrita.

¹Paulo Freire, educador pernambucano, nasceu em 1921 e morreu em 1997. Durante a ditadura, foi exilado e passou 16 anos fora do Brasil morando no Chile, Estados Unidos e Suíça. Tornou-se conhecido e respeitado, em todo o mundo, por suas ideias expostas em livros, como: “Educação como Prática da Liberdade”, “Pedagogia do Oprimido” e outros mais. Inspirou trabalhos de educação junto aos povos pobres de todos os cantos do mundo. No Brasil, suas ideias estão presentes principalmente na educação de jovens e adultos. Dedicou toda sua vida ao sonho de ajudar a construir uma sociedade justa e democrática em que homens e mulheres não fossem mais vítimas da opressão e da exclusão (BRASIL, 2006).

O Mestre Paulo Freire desenvolveu em 1962 O “Método Paulo Freire”, que consiste numa proposta para a alfabetização de adultos, baseada na máxima: A leitura do mundo precede a leitura das palavras. O método foi usado por ele, primeiramente em Angicos e também em São Paulo, 30 anos depois, quando criou o MOVA². Este método era desenvolvido nos círculos de cultura, onde a educação tinha um significado individual e uma significação cultural, expressa nas palavras geradoras, ao mesmo tempo em que havia uma validade universal nesse processo, uma vez que o analfabeto faz parte da humanidade, estando submetido a direitos e deveres universais. (JOSGRILBERT, p. 09)

O método propõe a identificação das palavras-chave do vocabulário dos alunos - as chamadas palavras geradoras. Elas devem sugerir situações de vida comuns e significativas para os integrantes da comunidade em que se atua, como por exemplo, "tijolo" para os operários da construção civil. Diante dos alunos, o professor mostrará lado a lado a palavra e a representação visual do objeto que ela designa. Os mecanismos de linguagem serão estudados depois do desdobramento em sílabas das palavras geradoras. O conjunto das palavras geradoras deve conter as diferentes possibilidades silábicas e permitir o estudo de todas as situações que possam ocorrer durante a leitura e a escrita. (JOSGRILBERT, p. 09)

No método Paulo Freire, tais vocábulos são analisados, para que, através deles possam ser desenvolvidas atividades de alfabetização em sílabas, até chegar à formação de novas palavras.

A valorização do saber que o estudante traz consigo é a chave para o processo de conscientização idealizado por Paulo Freire, compreendendo que o educador não é o detentor do saber e nem o estudante é um mero depositário de conhecimento. Ambos têm a contribuir no processo formativo.

Em 1964, ano do golpe militar, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, seguindo as orientações da proposta de Paulo Freire.

Nesse sentido, quando falamos “em adultos em processo de alfabetização” no contexto social brasileiro, nos referimos a homens e mulheres marcados por experiências de infância na qual não puderam permanecer na escola pela necessidade de trabalhar, por

² MOVA - Movimento de alfabetização de São Paulo, iniciado em 1990 (Freire, 2000, p. 69).

concepções que as afastavam da escola como de que “mulher não precisa aprender” ou “saber rudimentos da escrita já é suficiente”, ou ainda, pela seletividade construída intimamente na rede escolar que produz ainda hoje itinerários descontínuos de aprendizagens formais. Referimo-nos a homens e mulheres que viveram e vivem situações limite nas quais os tempos de infância, foi via de regra de trabalho e de sustento da família. (MOOL, 2004, p.11)

Segundo Paulo Freire, a educação deve procurar desenvolver a tomada de consciência e a atitude crítica, graças à qual o homem aprende a escolher e a decidir, libertando-o em lugar de submetê-lo, de domesticá-lo, de adaptá-lo, como faz a educação bancária. (JOSGRILBERT, p. 10)

A educação como prática de liberdade, ao contrario daquela que é a pratica da dominação implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (FREIRE, 1999, p.40).

A educação é ferramenta fundamental para a emancipação do ser humano. Privar os cidadãos desse direito significa tirar-lhes a oportunidade de conhecer e interagir socialmente com o mundo a sua volta. Educar-se é essencial para a conquista da liberdade, e é a liberdade, a emancipação que permite que as pessoas não se submetam aos processos de exploração e opressão.

3. PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

As Escolas Família Agrícola tiveram origem no interior da França no ano de 1935. A bibliografia consultada aponta a iniciativa de uma família de agricultores na qual tinha um adolescente que não se adaptava à escola convencional. A partir da preocupação da família, associada ao apoio de um padre católico teve início à primeira experiência de formação por alternância Maison Familial Rurale (MFR).

Aquela família juntamente com outras que aderiram ao movimento estava preocupada em oferecer aos seus filhos um tipo de ensino que fosse diferenciado, que não os desvinculassem de sua origem camponesa.

Segundo Begnami, (2011), no Brasil a Pedagogia da Alternância é experienciada inicialmente a partir da década de 60 no Espírito Santo, através do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - MEPES em parceria com Igrejas, Sindicatos, Movimentos Sociais, ONGs e o Poder Público quem escolhem e protagonizam esse sistema educativo, que se consolidou primeiramente na cidade de Olivânia. A princípio o movimento era conhecido como Escola Família Agrícola – EFA, depois foram surgindo novas iniciativas e novas experiências e surgiu a nomenclatura CEFFAs³. Aqui utilizaremos apenas o termo EFA.

No Brasil, os agricultores familiares organizados, demandam por uma educação contextualizada à realidade do campo e comprometida com transformações sociais. (BEGNAMMI, 2011, p. 2).

Segundo a Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas - AMEFA em Minas Gerais a implantação das primeiras experiências de escolarização com base na Pedagogia da Alternância esteve associada ao movimento social e eclesial no final dos anos 70 e início dos anos 80. Essa foi uma época de reestruturação e/ou criação de vários Sindicatos de Trabalhadores Rurais e formação de vários outros movimentos de organização dos agricultores (AMEFA, 2004).

A primeira Escola Família Agrícola de Minas Gerais foi criada na cidade de Muriaé, em 1984. A partir daí surgiram várias iniciativas de diversos grupos e as EFAs foram se disseminando pelo estado. Atualmente existem 20 EFAs em funcionamento. Destas, apenas a EFA Bontempo oferece o curso de Educação de Jovens e Adultos. Na pesquisa realizada não foram encontrados dados de que o curso de EJA seja ofertado em outras EFAs no país, sendo esta, então, uma experiência precursora.

As EFAs de Minas Gerais se organizam em âmbito estadual através da AMEFA (Associação Mineira das Escolas Família Agrícola), que foi criada no

³ CEFFAS – Centros Familiares de Formação por Alternância. Congrega todas as instituições de formação por alternância como as EFAs as Casas Familiares Rurais.

ano de 1993 a partir da necessidade de troca de experiências e intercâmbios entre as equipes; de coordenação das atividades que estavam sendo desenvolvidas nas escolas; de diminuição das longas distâncias e do isolamento entre cada unidade; de assegurar os princípios filosóficos e metodológicos da instituição; de divulgar e expandir a experiência e poder acompanhar as novas escolas em implantação dentro dos critérios previstos para se criar uma EFA. (Projeto Político Pedagógico EFA Bontempo, 2001).

A AMEFA tem a missão de:

Ser um espaço de discussão, aprofundamento e promoção de propostas alternativas de aprimoramento da formação por alternância, para melhor atender as necessidades dos jovens e do seu meio, na perspectiva de um desenvolvimento integral e sustentável das pessoas e do meio rural, numa perspectiva de fortalecer a agricultura familiar, promover a inclusão social e melhorar as condições de vida no campo em Minas Gerais (AMEFA, 2004, p. 70).

A AMEFA e as demais Associações Regionais estão organizadas em âmbito nacional através da UNEFAB – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, que representa não apenas as EFAs, mas a rede CEFFAs que compreende também as Casas Familiares Rurais. A UNEFAB está representada internacionalmente pela AIMFR - Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural. Assim, pode-se dizer que o movimento tem uma organização em rede.

A Pedagogia da Alternância subsidiou a luta pela Educação do Campo no que se refere ao aporte teórico-metodológico, sendo vista como uma alternativa viável para a efetivação da Educação pela qual lutamos.

3.1. Proposta pedagógica

A Escola Família Agrícola é um sistema educacional que tem como base a Pedagogia da Alternância, que se apresenta como uma estratégia eficiente na promoção da educação do campo.

Calvo define uma Escola Família Agrícola como:

Uma associação de Famílias, pessoas e instituições que buscam solucionar a problemática comum da evolução e do desenvolvimento local através de atividades de formação, principalmente dos jovens, sem, entretanto excluir os adultos (CALVÓ, 1999, p. 5).

De acordo com a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB n. 9394 de 1996), em seu artigo 23, a alternância se enquadra em uma das modalidades de organização do ensino. E ainda de acordo com o parecer n. 01 de 2006, o tempo que o estudante permanece no meio sócio profissional é considerado letivo.

Nesta lógica, os estudantes das EFAs permanecem um período na escola alternado com um período no meio sócio profissional. Essa metodologia de ensino permite que os estudantes estudem sem se desvincular do campo e de suas famílias.

A EFA tem como base quatro pilares fundamentais que direcionam o as ações desenvolvidas pelos sujeitos do processo.

O primeiro desses pilares é a constituição de uma associação. Esta é responsável por fazer a gestão da EFA em todos os aspectos. Este primeiro pilar tem um papel crucial na formação de uma EFA, uma vez que só é possível a criação da mesma se houver uma um grupo de famílias organizado e participativo, para que as próprias famílias sejam as gestoras do processo.

O segundo pilar que caracteriza uma Escola Família Agrícola é a sua proposta pedagógica: a Pedagogia da Alternância. Para Souza, a pedagogia da Alternância é um “conjunto dos períodos formativos que se repartem entre o meio sócio profissional e a escola.”

Silva (2003) define a alternância como estratégias de escolarização que possibilitam aos jovens que vivem no campo conjugar a formação escolar com as atividades e tarefas na unidade produtiva familiar, sem desvincular-se da família e da cultura do meio rural.

Na Pedagogia da Alternância a ação educativa não está vinculada à mera comunicação dos conhecimentos, atos que exigem somente compreensão e memorização, mas, sobretudo, proporciona a operacionalização de pesquisas e experimentações práticas e considera a experiência do cotidiano a matéria prima para uma aprendizagem dinâmica, contextualizada e interessante. Busca-se a

construção do conhecimento a partir do conhecimento empírico do meio rural. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2005 p. 2).

Neste processo há uma inversão da lógica convencional de aprendizagem. Na EFA a teoria parte da prática numa perspectiva dialética. Os estudantes trazem consigo as experiências e conhecimentos empíricos de suas famílias e comunidades, promovendo assim uma partilha/troca. No espaço escolar, outros conhecimentos são agregados àqueles que os estudantes trouxeram, e eles retornam às suas comunidades, onde desenvolverão novas práticas e promoverão novas partilhas.

O pensamento de Paulo Freire visto anteriormente, se aproxima das práticas da Pedagogia da Alternância, quando esta se afirma como uma Pedagogia da Realidade. Pelo Currículo da EFA e pelos instrumentos pedagógicos percebe-se a proposta da leitura do mundo, a realidade por meio dos temas geradores como ponto de partida do processo ensino-aprendizagem. A relação da teoria com a prática não se limita a um uso utilitário para facilitar a assimilação e compreensão da teoria e aplicação da mesma. Parte-se da realidade para facilitar os processos de aprendizagem, mas também para interpretar a realidade e interferir nela, numa perspectiva de responsabilidade, compromisso político de transformação social, política, econômica, cultural e equilíbrio ambiental.

O meio sócio profissional constitui-se no eixo central do projeto pedagógico e não o programa oficial convencional. A experiência de vida é ponto de partida do processo de ensino e aprendizagem, mas é também ponto de chegada, pois os jovens retornam ao seu meio com propostas de atividades concretas para aplicação e experimentação. É o princípio dialético do trabalho-estudo-trabalho ou ação-reflexão-ação. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2005 p: 03).

O terceiro pilar que dá sustentação a uma EFA é a formação integral da pessoa. Essa formação integral parte da preocupação de que o jovem não desenvolva apenas o aspecto acadêmico, mas desenvolva também sua personalidade, se construa enquanto sujeito crítico e tenha a capacidade de

construir seu projeto de vida, seja ele no campo ou em outro espaço onde o jovem se encontre.

A formação integral pressupõe um desenvolvimento do jovem na sua amplitude, como um todo, levando em conta o aspecto pessoal, mas também o coletivo, afetivo, profissional, cultural, espiritual, etc.

A formação do jovem pela alternância implica o seu envolvimento em atividades produtivas, de maneira a relacionar suas ações com a reflexão sobre o porquê e o como das atividades desenvolvidas (SILVA, 2003).

O último pilar que caracteriza a EFA é o desenvolvimento do meio. O desenvolvimento do meio acontece a partir de dois olhares, ou seja, na medida em que a EFA promove ações participativas, debate tanto com os jovens quanto com a comunidade os problemas locais e as formas de intervenção na realidade ela contribui para que aconteça o desenvolvimento local. O outro olhar diz respeito as ações específicas dos jovens a partir de suas iniciativas nas comunidades ou mesmo a partir da implementação dos seus projetos profissionais ou projetos de vida, uma vez que estando o jovem desenvolvendo uma atividade produtiva bem sucedida, ele tem condições de intervir de alguma forma na realidade do seu meio.

Para Begnammi (2011) Os princípios básicos, também chamados de pilares, refletem os valores fundamentais dos iniciadores, historicamente invariáveis.

Os quatro pilares citados se organizam na estrutura do CEFFA da seguinte forma: a gestão associativa e a Pedagogia da Alternância são tidas como meios para se alcançar a formação integral e o desenvolvimento do meio que são as finalidades. Nesta perspectiva a integração constante entre estes quatro pilares é fundamental para o bom funcionamento da EFA, numa relação de interdependência, uma vez que, se um deles não funciona de forma devida, compromete o andamento de todo o processo.

3.2. Instrumentos Pedagógicos da Pedagogia da Alternância

O sistema EFA adota algumas ferramentas que são chamadas de instrumentos pedagógicos, que possibilita um maior conhecimento e entendimento da realidade dos estudantes, o que permite uma prática

pedagógica que atenda as suas necessidades. Estes instrumentos são trabalhados tanto na alternância escolar quanto no meio sócio-profissional.

Os instrumentos pedagógicos são meios de fazer com que haja aprendizagem contínua, em tempos e espaços diferenciados. Foram surgindo na prática dos CEFFAs para ajudarem “os alunos a darem sentido às suas experiências, portanto, são meios e não fins em si mesmos”, afirma (BEGNAMMI 2003, p.110). Não são apenas meios para facilitar a relação professor-aluno-conhecimento. Apontam para uma relação mais complexa que envolve a realidade do aluno, os sujeitos que se envolvem na formação, as instituições do meio, os métodos, as relações dos saberes, entre outros.

O carro chefe da EFA, ou seja, o instrumento pedagógico que mobiliza e articula todos os demais é o *Plano de Estudo*. Este instrumento consiste em uma atividade de pesquisa realizada pelos estudantes. Os temas a serem pesquisados são pensados a partir de diagnósticos realizados com as famílias. Neste diagnóstico, as famílias partilham as experiências das atividades que desenvolvem em suas propriedades e na comunidade e colocam suas demandas e desafios. Tais desafios se transformam em temas de pesquisa. As pesquisas são partilhadas na EFA e servem de subsídio para o planejamento das disciplinas num processo de interdisciplinaridade. Os Planos de estudo estão organizados em um documento denominado Plano de Formação, que é um documento construído juntamente com as famílias através do diagnóstico citado anteriormente.

O Projeto Político Pedagógico da EFA Bontempo afirma que o Plano de Estudo:

Constitui o principal instrumento metodológico na articulação autêntica entre: Casa-Escola, conhecimentos empíricos e teóricos, trabalho e estudo. Através do Plano de Estudo as potencialidades da Alternância se valorizam, tornando-se ato concreto de fonte de reflexão, problematização e interferência sobre a realidade. Ele é um caminho de mão-dupla, uma que traz os conhecimentos da cultura popular para a EFA e a outra é responsável de levar para a vida cotidiana as reflexões aprofundadas na escola. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2005 p. 5).

O Plano de Estudo permite a cada jovem: informar-se, pesquisar, olhar, observar, perguntar, discutir, analisar, refletir o porquê? Como? Onde? Quando? Consequências, expressar suas descobertas e reflexões. Todas as

questões requerem reflexões que conduzem a respostas. Assim, o Plano de Estudo, comprometendo o jovem, no processo de formação, constitui o primeiro recurso didático da Pedagogia da Alternância, pois é responsável pelo interesse e motivação do educando frente ao tema em estudo. (Projeto Político Pedagógico, 2011).

Durante a alternância escolar acontece a Motivação para a pesquisa do Plano de estudo. Essa motivação é feita pela equipe de monitores de forma participativa e organizada, e tem como objetivo despertar o entusiasmo dos estudantes para a realização da pesquisa. Na motivação se utiliza músicas, poemas, produção de desenhos, teatro, dentre outros recursos. Após a motivação é feita a orientação da pesquisa para que o estudante participe da construção do roteiro e tenha clareza sobre a atividade que irá desenvolver. Para o registro da pesquisa é utilizado outro instrumento pedagógico chamado de *Caderno da Realidade*, onde o estudante faz os registros dos dados coletados na pesquisa e de outras atividades desenvolvidas na EFA e no meio sócio profissional. No caderno da Realidade se encontra um panorama da vida do estudante com relatórios de todas as atividades que ele desenvolve. Segundo Begnammi (2011) Este instrumento é desenvolvido nos dois tempos e espaços formativos e é um dos melhores meios de se avaliar o desenvolvimento da aprendizagem, da organização, da responsabilidade, entre outros aspectos da vida do jovem estudante.

Outro instrumento que acompanha o estudante nos dois tempos e espaços da formação é o *Caderno de Acompanhamento*. Este instrumento é utilizado como um elo entre a família e a escola. Nele ficam registradas as atividades que o estudante desenvolve na EFA, bem como as atividades que desenvolve no meio sócio profissional. O caderno funciona como um meio de comunicação entre família e escola. Nele é possível visualizar os conteúdos trabalhados nas disciplinas, as atividades propostas para a alternância familiar

Quando os estudantes retornam à alternância escolar, eles são orientados à organizarem seus cadernos da realidade, Begnammi afirma que “Este processo da organização não é estanque, podendo se estender durante todo o período da estadia escolar, dependendo do planejamento do estudante com o seu monitor-tutor.” (. BEGNAMMI, 2011, p 13) Este momento acontece na *tutoria* que é também um instrumento pedagógico. Cada monitor se

responsabiliza de acompanhar um grupo de estudantes, os orientando em todos os aspectos da formação na EFA.

Em seguida acontece a *Colocação em Comum*. Esse momento se trata da socialização das informações obtidas na pesquisa do Plano de Estudo. Este é um momento construído pelos estudantes e monitores⁴.

A partir da colocação em comum e dos textos elaborados pelos estudantes, os monitores elaboram seus planos de aula, procurando solucionar dentro de seus conteúdos disciplinares, as situações problemas levantadas pelos estudantes em suas pesquisas. As informações complementares aos temas são trabalhadas nas visitas de estudo e intervenções externas. Trata-se de atividades fora ou dentro da EFA, mas durante a estadia escolar. Os relatórios das visitas ou viagens de estudo, bem como das intervenções externas são registrados também no Caderno da Realidade.

Outra forma de os estudantes terem um maior aprofundamento dos temas de seu interesse é através dos *estágios de vivência e estágios profissionais*. Durante os estágios os estudantes aprendem práticas que a escola de repente não oferece, conhece outras realidades e confronta com a sua realidade.

Neste meio tempo acontece também a *Visita às famílias* que é uma ferramenta que permite que o educador conheça de perto a realidade do estudante, e possa planejar com a equipe pedagógica possíveis intervenções.

Este conhecimento da realidade social, econômica, cultural de cada família determina o processo de planejamento das aulas, a forma de acolher e abordar cada estudante, de fazer o acompanhamento personalizado, orientar o Projeto Profissional do Jovem, motivar as famílias a participarem do processo educativo dos filhos e a engajarem na associação gestora da EFA. (BEGNAMI, 2011, p 151).

O Instrumento Pedagógico que fecha o ciclo da alternância é chamado de *Atividade de Retorno*. Como o próprio nome sugere, a atividade de retorno trata-se de um momento em que o estudante devolve para a família e/ou

⁴ Nome dado aos educadores da EFA. Estes profissionais recebem tal nome pelo fato de terem atribuições que vão além da docência, ou seja, acompanham os estudantes no internato em tempo integral e trabalham na aplicação dos instrumentos pedagógicos.

comunidade o aprendizado obtido a partir da pesquisa realizada. Esse retorno se dá por meio da realização de uma prática na propriedade, demonstração de uma técnica ou por meio de palestras, reuniões, etc.

É importante ressaltar que:

Uma sequencia de alternância não encerra com a avaliação do tema e o seu retorno na família ou comunidade. Muitas vezes um tema suscita novas pesquisas e um processo contínuo de observação da realidade. (BEGNAMMI, 2011, p 14)

A lógica da alternância permite uma interação contínua do jovem com o seu meio, possibilitando não apenas a observação, mas também a intervenção na realidade de forma a contribuir com o tão sonhado desenvolvimento local.

Pensando neste desenvolvimento local, o jovem estudante da EFA é motivado, ao final da formação técnica, construir o seu Projeto Profissional. Segundo Begnammi, (2011):

O Projeto Profissional do Jovem – PPJ - é antes de tudo, um recurso pedagógico para a aprendizagem dos processos de elaboração de um Projeto. Ou seja, ele visa em primeiro lugar, desenvolver as capacidades de saber diagnosticar, construir um planejamento e escrever um projeto. Ele é participativo porque envolve o jovem, a família e até a comunidade e organizações ligadas à agricultura familiar, em todos os processos da sua elaboração e execução. (BEGNAMI, 2011, p 19).

O autor citado acima afirma que o Projeto Profissional do Jovem é também uma estratégia de inserção profissional em atividades produtivas, viabilizando o projeto de vida do jovem.

Um fator importante que contribui com a formação dos educandos da EFA, que ficou claro tanto durante a observação quanto nas bibliografias é a vida de grupo no internato, onde os estudantes assumem tarefas na propriedade, na organização do espaço físico e de eventos realizados pela EFA, fortalecendo a ideia de sujeito coletivo, compreendendo a EFA como um espaço que é deles, ou seja, que eles são de fato os protagonistas do processo de formação.

4. ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA BONTEMPO

A AEFAMBAJE – Associação Escola Família Agrícola do Baixo e Médio Jequitinhonha⁵, entidade filantrópica, criada em 22 de outubro de 1999, é a entidade mantenedora da Escola Família Agrícola BONTEMPO.

A EFA Bontempo foi criada por iniciativa e apoio do movimento sindical do Médio e Baixo Jequitinhonha, com o intuito de oferecer aos filhos/as dos agricultores familiares desta região, uma educação contextualizada de acordo com a realidade dos mesmos.

De acordo com O Regimento Escolar da EFA Bontempo o processo de mobilização para a criação da mesma se iniciou no ano de 1995:

O processo de discussão se iniciou em 1995 com o 1º Encontro Municipal de Jovens Trabalhadores Rurais promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Medina – MG – Vale do Jequitinhonha. Este primeiro encontro gerou um segundo o qual gerou um Projeto Regional de mobilização de jovens trabalhadores rurais para discutir Juventude – Educação e Trabalho. Foram realizados 03 encontros regionais com representação jovem dos sindicatos do Médio e Baixo Jequitinhonha e 03 visitas de estudo: Uma na Zona da Mata Mineira (Associação de Produtores Familiares da Região, Pólo Sindical Regional, Centro de Tecnologia Alternativa de Viçosa), outra ao CAV – Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica em Turmalina e à Escola Família Agrícola de Jacaré – Itinga. (AEFAMBAJE, 2010, p. 01)

Os debates se mantiveram em efervescência no Movimento Sindical até o ano de 1999, quando “foi realizado o 1º Seminário Regional Pró criação da Escola Família Agrícola de Ensino Médio Profissional em Itaobim, com a participação de 106 representantes de 28 Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Médio e Baixo Jequitinhonha e outras entidades” (REGIMENTO INTERNO)

A EFA Bontempo iniciou suas atividades pedagógicas no ano de 2001, e desde então já passaram por esta escola 350 alunos, que hoje estão formados exercendo as mais diversas atividades profissionais e acadêmicas, no Vale e fora dele.

A EFA Bontempo tem como objetivos:

⁵Fazenda Córrego do Brejo, KM 211 da Rodovia MG – 367 – Comunidade Santa Luzia, Município de Itaobim – MG

Promover uma formação integral de jovens e adultos e contribuir com o desenvolvimento sustentável nos aspectos socioeconômico, cultural e ambiental, através da educação por alternância, na perspectiva de empreender e implementar tecnologias apropriadas para o convívio com o semiárido nas comunidades atendidas, tornando-se uma forte aliada na luta pela cidadania e pelas políticas públicas municipal, estadual e federal. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, EJA - EFA BONTEMPO, 2011).

A Proposta Pedagógica adotada pela EFA Bontempo tem base na Pedagogia da Alternância. Segundo o Projeto Político-Pedagógico da EFA Bontempo “a alternância está embasada no princípio de que a vida ensina mais que a escola, por isso o tempo escolar é alternado e integrado com o tempo familiar. O trabalho e as experiências sociais no meio integram o currículo, constituem os conteúdos vivenciais básicos da ação educativa da EFA BONTEMPO.” (Projeto Político Pedagógico, 2011).

Os estudantes permanecem por um período de quinze dias na escola alternando com um período de também quinze dias no meio sócio profissional, com exceção da turma de turma de EJA que tem uma alternância diferenciada, sobre a qual trataremos no capítulo seguinte. A continuidade formativa na descontinuidade de tempos-espacos é proporcionada pelos Instrumentos Pedagógicos específicos da alternância, citados anteriormente.

Nos 10 anos de funcionamento da EFA Bontempo, pode-se destacar alguns importantes avanços, conquistados por meio da organização e do trabalho coletivo:

- Educação apropriada à realidade da juventude rural do Vale do Jequitinhonha, através do sistema de alternância;
- 212 Jovens habilitados como técnicos em agropecuária, formados no período de 2003 a 2009, com direito ao registro no CREA-MG;
- 87% dos jovens egressos continuam vivendo no meio rural;
- 39% dos jovens egressos ingressaram em Universidades Federais (UFMG, UFVJM etc.);
- 26% dos jovens egressos inseridos na agricultura familiar;
- 70% dos jovens egressos inseridos em trabalho compatível com a formação em agropecuária;
- 150 comunidades rurais atendidas no Médio e Baixo Jequitinhonha;
- Reconhecimento da EFA Bontempo pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, conforme Parecer do Conselho Estadual de Educação N° 14/06 23/01/06 e Parecer n° 271/06 de 09/03/06

- Reconhecimento do Curso Técnico em Agropecuária pelo MEC. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, EJA - EFA BONTEMPO, 2011).

Pela história construída pela EFA Bontempo ao longo destes 10 anos de existência, esta se configura como uma experiência exitosa de formação de jovens e adolescentes do meio rural e agora também, jovens e adultos que não tiveram acesso ao estudo na idade própria, sobre os quais trataremos no item seguinte deste texto.

5. O CURSO DE FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA BONTEMPO

O curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA na Escola Família Agrícola Bontempo partiu de uma iniciativa dos próprios agricultores, que além do sonho de formar os seus filhos, tinham também o sonho de estudar, direito que lhes foi negado historicamente.

A primeira semente da EJA na EFA foi lançada em setembro de 2010 em um encontro de formação das famílias⁶. Na ocasião um agricultor que participava da formação lança a seguinte pergunta: “nós pais não temos o direito de estudar na EFA assim como nossos filhos?”.

A pergunta geradora feita pelo agricultor foi analisada pelo coletivo ali presente, e neste mesmo encontro houve uma proposição de data para uma nova discussão sobre o assunto, o que veio a culminar na proposta de formação da turma de EJA.

A construção coletiva de um curso na modalidade de EJA na EFA Bontempo se justifica primeiro pela necessidade apontada por estes agricultores que sonham em estudar, não somente para obter um crescimento pessoal e profissional, mas também contribuir de forma ainda mais efetiva com desenvolvimento de suas localidades. Segundo que, por meio da alternância, a EFA Bontempo possibilitará aos jovens e adultos do meio rural poder estudar sem se desvincular das atividades rurais e da militância nos movimentos sociais e sindicais, dos quais participam.

Sabe-se que uma proposta de educação que atenda jovens e adultos deve perpassar pelo campo do trabalho. Os estudantes não devem se afastar ou ter o seu trabalho defasado em função da atividade escolar, pelo contrário, as duas atividades devem estar em sintonia, uma subsidiando a outra.

Neste sentido, a Pedagogia da Alternância, pelas suas características, é uma das propostas que mais se aproxima da realidade e atende às necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras, pois ela funciona em ritmos

⁶ Formação das Famílias – Espaço de formação que ocorre periodicamente na EFA com as famílias dos estudantes.

alternados de tempos na escola e no trabalho. Sua proposta pedagógica busca integrar os diversos saberes: experienciais, empíricos, técnicos, científicos... A experiência do trabalho, da vida em todos os seus aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos, ambientais, religiosos etc., integram ao currículo. O processo educativo é contextualizado. Os estudantes são vistos e envolvidos como atores sócio profissionais situados que se encontram em formação e não apenas alunos.

A EFA é um projeto educativo que surge da luta e organização dos agricultores e agricultoras familiares, desde a sua origem mais remota entre os camponeses franceses. Ela é um fruto da dinâmica própria que vem sendo protagonizada pelos movimentos sociais do campo. Por isso, a sua gestão é comunitária, através da associação das famílias que se juntam para administrar e gerir a escola. Por estas características mencionadas existem razões consistentes que justificam a existência das Escolas Família Agrícola e da implantação do Curso Técnico de Nível Médio, integrado, na modalidade de EJA na EFA Bontempo, como direito dos agricultores e das agricultoras familiares elevarem sua escolaridade e conquistarem a educação profissional almejada, devidamente certificada. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, EJA - EFA BONTEMPO, 2011).

A implantação do curso de EJA na Escola Família Agrícola Bontempo encontra razões para se efetivar também na ausência de iniciativas do Estado em Minas Gerais e, sobretudo no Vale do Jequitinhonha, pois sabemos que a universalização do ensino ainda não é realidade, principalmente no campo. Os cenários da educação profissional em Minas e no Vale do Jequitinhonha ainda omitem ou excluem parcelas da população, sobretudo a rural.

O Estado de Minas Gerais, conforme Art. 198, da sua Lei Maior, determina que o poder público garantirá curso de ensino técnico agrícola, industrial e comercial, observadas as características regionais e dos grupos sociais. É considerado um dos poucos Estados que, em sua Constituição, enfatiza o ensino profissionalizante rural, superando, nos mencionados textos, a visão assistencialista que acompanha essa modalidade de educação.

No entanto, no Vale do Jequitinhonha, essa Lei não se efetivou. Dos vinte e três municípios de origem dos egressos da EFA Bontempo, em 2001, ano de início do seu funcionamento, conforme Censo Escolar 2002, nenhum desses municípios teve registro de matrícula de nenhuma rede de ensino profissional de nível técnico médio ou pós-médio.

No último Censo Escolar 2009, dos vinte e três municípios, nove registraram matrículas no Ensino Profissional de Nível Médio. Já completando um centenário de educação profissional no Brasil, a rede federal de ensino não estava presente em nenhum desses municípios. No Estado, a rede particular de educação profissional é hegemônica com 86,3% das matrículas e a rede estadual com 13,7. Das matrículas da rede particular, 20,5% correspondem à rede comunitária que caracteriza as associações das EFAs. Ou seja, 200 matrículas correspondem às matrículas das três EFAs de Nível Médio Profissional (Itaobim, Itinga e Comercinho) em funcionamento na região, em 2008. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, EJA – EFA BONTEMPO, 2011).

Todas estas questões levam a uma problemática que conhecemos bem que é a migração de uma grande quantidade de jovens rurais para os grandes centros urbanos à procura de educação e trabalho, no entanto nem sempre é possível conciliar e os jovens priorizam o trabalho, ficando com defasagem educacional.

Por tantas razões aquelas famílias que antes lutavam para que os seus filhos tivessem acesso a uma escola de qualidade e conquistaram a EFA Bontempo, perceberam também que esta mesma escola poderia atendê-los dentro das suas especificidades através de um projeto pedagógico que leva em conta suas condições de trabalhadores e trabalhadoras, de lideranças comprometidas com movimentos sociais e as lutas por uma vida melhor no campo e nas cidades do Vale do Jequitinhonha.

O curso de EJA na EFA Bontempo foi criado visando atender ao seguinte objetivo geral:

Contribuir, através da educação contextualizada para a formação integral de lideranças camponesas críticas e empreendedoras de tecnologias apropriadas à realidade do semiárido mineiro, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável e solidário do Baixo e Médio Jequitinhonha, com os enfoques: no território, na agricultura familiar, nos movimentos sociais e sindicais, nas políticas públicas específicas para o campo e no resgate e valorização da diversidade cultural camponesa.” (AEFAMBAJ, 2011, p. 1)

Os objetivos específicos do curso de EJA na EFA Bontempo são:

- Oportunizar aos jovens e adultos interessados, em conformidade com a Legislação pertinente em vigor, a possibilidade de retornarem à escola e permanecerem até o final da educação básica e da educação profissional técnica, com a habilitação profissional desejada.
 - Validar conhecimentos adquiridos ao longo da vida, oportunizando o avanço escolar e a certificação de saberes para além dos espaços e tempos escolares.
 - Incentivar o envolvimento em atividades empreendedoras, geradoras de trabalho e renda, por meio da implementação de Projetos de intervenção social e produtivo, na perspectiva agroecológica e da economia solidária.
 - Acompanhar cada estudante na construção do Projeto de Vida da Família.
 - Fortalecer e expandir a participação nos movimentos e organizações sociais, comunitárias e sindicais na região, com o enfoque territorial.
- Desenvolver uma formação política para a cidadania plena. . (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, EJA – EFA BONTEMPO, 2011).

Os estudantes da turma de Educação de Jovens e Adultos da EFA Bontempo tiveram participação efetiva na construção e implementação do curso, sendo, de fato, protagonistas do processo formativo. Foram diversos seminários realizados ao longo do ano de 2011, nos quais os futuros estudantes juntamente com a equipe pedagógica da EFA e AMEFA discutiam quais os meios de se viabilizar o curso de EJA.

A cada encontro a expectativa dos estudantes aumentava, no entanto os desafios começavam a ser identificados. Um deles dizia respeito ao processo burocrático inerente à implantação de um curso nesse formato, uma vez que era novidade não só para os atores da EFA, mas também para a Superintendência Regional de Ensino. Pra começar fez-se necessário a produção de novos documentos como Projeto Político Pedagógico, Plano de Curso, Matriz Curricular e Regimento, uma vez que os documentos adotados no curso regular da EFA não atendem às especificidades do curso de EJA.

No processo de produção dos documentos também houve participação dos estudantes. O trabalho era realizado no formato de oficina para que assim eles pudessem participar mais efetivamente. Essa produção teve o cuidado de garantir institucionalmente o reconhecimento e a valorização dos saberes adquiridos ao longo da vida. Não se admitia a ideia de ter na EFA uma turma de lideranças populares, com uma bagagem de experiências e conhecimentos

adquiridos ao longo de toda uma vida de luta e não possibilitar a partilha, a troca e a valorização de tais saberes.

Uma das questões relevantes neste momento dizia respeito à alternância. A EFA Bontempo adota nas turmas regulares uma alternância quinzenal, mas esta forma de alternância dificultaria a permanência dos estudantes na EFA, uma vez que estes precisam cuidar do seu trabalho, de suas famílias, de sua militância nos movimentos dos quais fazem parte, enfim, havia ali um empasse que precisava de um tratamento.

Várias perguntas são feitas neste momento, no sentido de viabilizar a proposta de modo que atendesse a todos. Seria Ensino Fundamental ou Médio? Sendo Médio, seria só o Médio ou integrado ao Técnico? A turma seria de quantos alunos? E qual seria o ritmo da alternância?

Estas perguntas foram fomentando as discussões e, o coletivo determinou que esta primeira turma seria de 40 alunos, e os Sindicatos ficaram com o papel de, através de critérios estabelecidos pelo coletivo, fazerem a seleção dos candidatos.

Sobre a alternância, era necessário pensar em algo que os alunos tivessem reais condições de cumprir. Definiram, então que a alternância seria de uma semana na EFA e dois meses no meio sócio profissional, e ainda definiram que chegaria na EFA na segunda e retornaria na sexta pela tarde, pois não poderiam perder a feira que acontece nos municípios aos sábados.

O curso de EJA poderia ter apenas 1,5 anos de duração, mas com esta configuração de alternância, houve a proposta de que o curso fosse de 2,5 anos, para que eles pudessem ter mais tempo de contato com a EFA.

Outro fator inovador no curso de EJA foi a opção por trabalhar os conteúdos por áreas do conhecimento. Foram criadas quatro grandes áreas: Linguagens e Códigos que compreende as disciplinas de Arte, Lit. Brasileira, Educação Física e Informática; Ciências da Vida e da Natureza, Matemática e suas tecnologias, que compreende as disciplinas de Biologia, Física, Química e Matemática; Ciências Humanas e suas Tecnologias que congrega Geografia, História, Sociologia e Filosofia e; Ciências Agrárias, Agroecologia e suas Tecnologias, cujas disciplinas são Agroecologia, Zootecnia, Administração e Economia Rural e Agroindústria. (Matriz Curricular, 2012)

Os sujeitos da pesquisa contam que muitos deles haviam concluído o Ensino Fundamental no Projeto Semear⁷, que também foi uma conquista dos trabalhadores.

Eu sempre fui muito sonhadora nesta questão da educação, e como a gente não teve muitas oportunidades, e a gente achava até que depois de uma certa idade não era um espaço mais pra gente. Mas a gente começou a ver muito nos anos 90 o Movimento pautar isso, e muitos diziam que isso não era coisa do movimento sindical. Foi... Sempre eu fui assim muito de falar o que eu penso e o que eu tenho vontade de discutir, e assim, como eu faço parte de CUT, lembro que tinha muito aqueles cursos do FAT, e gastava muito recurso só com aqueles cursos. E eu propus um dia numa reunião lá na Escola Sindical de ter um projeto para as pessoas poderem fazer um curso, estudar de 5ª a 8ª. Me lembro que o Juarez era da área de formação, pautou isso e a gente conseguiu fazer um projeto para essa educação, e um tipo assim de alternância, por que era um dia por semana. A proposta era de ser duas horas por dia e a gente propôs de ser um dia por semana, e a gente trouxe o nome desse projeto "Projeto Semear". (Aluna - Evina Teixeira da Cruz)

Os agricultores tinham perspectivas de lutar pela conclusão também do Ensino Médio, no entanto neste mesmo momento começam a surgir as primeiras proposições de criação de uma EFA dentro do Movimento Sindical. Os agricultores, então deixam o seu sonho adormecido por um tempo para se empenharem na conquista da EFA Bontempo.

(...) Tinha as propostas de a gente continuar, não parar por aí. A gente não interrompeu esse trabalho, mas fez esse trabalho da escola família, esse projeto dos jovens, de criar uma escola diferenciada, e aí a gente embarcou na questão da Escola Família que se deu na EFA Bontempo. (Evina Teixeira da Cruz - Aluna).

O sonho de continuar os estudos, no entanto sempre esteve vivo, presente nas discussões do Movimento. Percebe-se que mais do que querer aprender conteúdos e conquistar um diploma, estes sujeitos têm um sonho de liberdade. Tema sobre o qual Paulo Freire discorre brilhantemente:

Quem melhor que os oprimidos se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá melhor que eles o efeito da opressão? Quem mais que eles para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo

⁷Projeto Semear – Projeto de Educação de Jovens e Adultos visando a conclusão do Ensino Fundamental.

conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (FREIRE, 1987, p. 25)

É, pois, conhecendo a lógica que os oprime e pela busca da liberdade que estes agricultores do Vale do Jequitinhonha se enchem do desejo de transformação de suas realidades e não deixam que o seu sonho fique adormecido pra sempre.

Sempre um grupo ficava, mas a gente não vai retomar aquela discussão? A gente gostaria de estudar, mas mesmo na escola por alternância não tem como a gente ficar, por que 'é' quinze dias... E a gente foi conversando, e me lembro muito de João Begnami, tem horas que a gente faz umas loucuras assim, né... e ele acata e ajuda discutir, aí a gente foi pensando, mas isso levou um tempo... Parou um pouco e depois a gente retomou a discussão. Até para fortalecer a escola a gente ficou de ter um grupo de liderança, dos municípios, da região, de um trabalho mais coletivo. Fomos dialogando durante o ano de 2010, e em 2011, nas primeiras reuniões a gente já conseguiu formar um grupo, chamando os sindicatos. Os sindicatos 'acatou' a proposta e veio, e a gente construiu o projeto. (Evina Teixeira da Cruz - Aluna)

Além do desejo que os agricultores tinham de estudar, houve um outro fator que motivou a luta pela implantação do curso de EJA de Ensino Médio integrado ao curso técnico em agropecuária. Esse fator era relativo à assistência técnica que também era demanda do Movimento Sindical. Uma assistência técnica que de fato atendesse às necessidades dos agricultores familiares do Vale.

(...) é uma demanda que todos nós dos Movimentos Sociais demandávamos, assistência técnica para os trabalhadores rurais que de fato atendesse essa demanda que tanto nós reivindicamos, por que de fato nós não queremos uma assistência técnica imposta ou colocada nas comunidades rurais, mas que faça um planejamento, que construa com os agricultores e as agricultoras familiares. Então é isso que a gente pensa pro nosso curso, e na linha agroecológica” (Luziete – Aluna)

A turma de EJA tem um Plano de Formação construído por eles, que corresponde ao currículo da EFA. Este Plano de Formação é construído a partir de um diagnóstico da realidade social, política, econômica, cultural e ambiental

dos estudantes. Neste documento estão organizados os temas que eles irão pesquisar nas comunidades, mais os conteúdos de formação geral e profissional, e ainda o conjunto de instrumentos didáticos e pedagógicos necessários para sua execução, dentro do tempo e espaço adequados.

Alt.	Tema Gerador	Plano de Estudo	Intervenção externa	Ciências Agrárias, Agroecologia e suas tecnologias	Linguagem Códigos e suas tecnologias	Ciências humanas e suas tecnologias	Ciências da Natureza Matemática e suas Tecnologias	Plano de Ação Atividade de Retorno	Plano de Estágio	Orientação para o Projeto de Vida Familiar	Avaliação
1ª	Família e Campesinato	A família camponesa e o trabalho	-Testemunho de um família camponesa -Palestra: Das Ligas Camponesas à Via Campesina.	-História da Agricultura -Agricultura Familiar e camponesa no Vale do Jequitinhonha Diagnóstico da realidade da agricultura familiar na região.	-O Texto descritivo -Reescrita da síntese pessoal do Plano de Estudo -A arte de falar em público -Leitura individual -Interpretação de textos contextualizados ao tema do Plano de estudo -Como fazer um convite para reuniões -Interpretação de textos de editais -Como elaborar um roteiro de pesquisa.	-Uma visão geral da história geral a partir da história da agricultura -A História do Campesinato no Brasil e suas organizações sociais. -Equidade racial, étnica e de gênero. -Identidade, cultura, os valores do campo.	-Unidades de medida -Leitura de dados estatísticos sobre a agricultura familiar.	Fazer um croqui da propriedade, um levantamento das famílias rurais sem terra na comunidade e um diagnóstico sócio econômico e ambiental da propriedade rural.	Vivenciar uma organização social camponesa na região ou conhecer e vivenciar a experiência de uma comunidade quilombola ou indígena na região.	Introdução ao Projeto de Vida da Família Visão geral de projetos: Social, produção, pesquisa..	
Ajustamentos, complementação ao planejamento durante a sua execução:											

Fonte: Projeto Político Pedagógico da EJA – EFA Bontempo, 2011

Como é possível perceber pelo quadro, as disciplinas dialogam com os Instrumentos Pedagógicos, possibilitando uma formação ampla. Os temas geradores que dão origem aos Planos de Estudo são diretamente ligados à vida dos estudantes, assim a teoria de fato parte da prática e não vice-versa como prega a educação convencional.

[...]. A flexibilidade curricular deve significar um momento de aproveitamento das experiências diversas que estes alunos trazem consigo como, por exemplo, os modos pelos quais eles trabalham seus tempos e seu cotidiano. [...] O trabalho, seja pela experiência, seja pela necessidade imediata de inserção profissional merece especial destaque. A busca da alfabetização ou da complementação de estudos participa de um projeto mais amplo de cidadania que propicie inserção profissional e busca da melhoria das condições de existência. Portanto, o tratamento dos conteúdos curriculares não pode se ausentar desta premissa fundamental, prévia e concomitante à presença em bancos escolares: a vivência. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, EFA – EFA BONTEMPO, 2011).

É notável a satisfação dos estudantes em ocupar o espaço da sala de aula, principalmente por ser neste espaço diferenciado.

(...) Viver esta experiência é gratificante. Eu tenho dois irmãos que 'estudou' aqui na EFA, formados. Parei de estudar em 98, depois assumi o Sindicato, mas não tive oportunidade de estudar, fui vereador e fui me politizando lá no município, e hoje, já quase 16 anos depois, voltar pra sala de aula, e num curso técnico, sendo filho de agricultor familiar e Presidente do Sindicato, isso é uma honra muito grande poder partilhar essa experiência com os meus colegas de sindicato, colegas de Movimento sindical e depois virar colega de sala de aula (José Gomes - Aluno)

Eles percebem a cada dia a importância do conhecimento. E se sentem responsáveis pela multiplicação do conhecimento produzido.

É um curso que está me trazendo cada dia mais surpresas na questão da aprendizagem. É um curso também que vai me dar condições de até desenvolver um trabalho melhor no campo, na minha propriedade, e também poder ajudar alguém que tiver menos conhecimento do que eu, e cada dia mais os companheiros estão trazendo coisas novas. Nós temos uns professores, que não são professores, são companheiros mesmo, que usam da nossa experiência e trás a experiência deles também pra compartilhar conosco. (Hélio - Aluno).

A alternância é uma pedagogia em construção, pois ela está a serviço da realidade dos educandos, tendo para isso que se adequar a essa realidade,

buscando atender ao grupo e não ao contrário, o grupo ter que adequar ao que está estabelecido.

6. RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como os Instrumentos Pedagógicos da Pedagogia da Alternância contribuem com a formação de jovens e adultos do campo?

A análise do processo de inserção da turma de EJA na Escola Família Agrícola Bontempo nos leva a refletir e a repensar quem são os sujeitos considerados da Educação do Campo, e como é possível que a Educação do Campo incorpore toda a diversidade que a permeia.

Os sujeitos do campo que não tiveram acesso à escola no tempo em que determina a legislação são também sujeitos da Educação do Campo, e os estudantes de EJA da EFA Bontempo, especificamente, tanto se sentem parte desse processo que ajudam a construí-lo com reflexões e ações.

O projeto de Educação de Jovens e Adultos na EFA Bontempo, mais que uma proposta bonita e inovadora, se apresenta como uma proposta efetivamente viável para a formação desses sujeitos. Como já foi dito anteriormente a EJA não deve estar descolada da vida dos estudantes, sendo assim ela passa pelo trabalho, pelas ações comunitárias, pela política, pela cultura, enfim, por todos os meios em que transitam os sujeitos, e a Pedagogia da Alternância dá conta, efetivamente, de incorporar todas essas vivências no processo formativo, através dos Instrumentos Pedagógicos.

Os estudantes se sentem motivados no processo de aprendizagem, uma vez que a sua realidade está incorporada nele. Assim, é possível pensar a formação na perspectiva da libertação, da transformação como nos ensina Paulo Freire. Refletido sobre sua realidade, os estudantes se enchem de vontade de interferir nela, de transformá-la, de não permitir processos opressores e de marginalização do ser humano.

Através dos Planos de Estudo e de todos os outros instrumentos que o acompanham, os estudantes têm a oportunidade de discutirem e assim até

conhecerem melhor sua realidade, seus limites e desafios, e quando retornam para as comunidades têm uma visão ainda mais ampla podem reinventar a prática, o modo de fazer, compartilhando o que aprenderam e questionando cada vez mais.

A realização desta pesquisa foi fundamental para a compreensão de que, tanto a Educação do Campo quanto a Pedagogia da Alternância estão em processo contínuo de construção, assim como os sujeitos que não estão prontos e acabados, mas estão se fazendo num processo contínuo de formação.

Penso que a Educação do Campo deve incorporar a EJA, de forma cada vez mais efetiva, dentro de suas propostas metodológicas, e as escolas do campo com base nas diretrizes e pressupostos da Educação do Campo devem pensar práticas pedagógicas que atendam as especificidades desses sujeitos.

A Pedagogia da Alternância, a julgar pela experiência da EFA Bontempo apresentada neste trabalho, se apresenta como um conjunto de práticas que devem ser analisadas pelas demais escolas do campo que pensam em oferecer cursos de EJA, uma vez, que é possível notar sua viabilidade na formação de jovens e adultos sem que estes tenham que se desvincular de suas atividades cotidianas, ao contrário, elas são também incorporadas no processo formativo.

Essa pesquisa reforça também a importância do protagonismo e da construção coletiva. Os sujeitos, em todas as etapas, desde o momento da concepção da ideia inicial até a sua consolidação, se colocam como protagonistas, o que permite a apropriação do espaço formativo estabelecendo uma relação de pertencimento. A escola é deles, construída por eles e, esse é o principal diferencial do curso de Educação de Jovens e Adultos oferecido pela Escola Família Agrícola Bontempo.

7. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. (2004). **Por um tratamento público da Educação do Campo**. In: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Mônica C. Molina (org.). Brasília: DF

BEGNAMI, J. Batista. Educação do Campo, Pedagogia da Alternância. **Revista Presença Pedagógica**. V.16, n.91, jan/fev.2010.

BEGNAMIM J. Batista; HILLESHEIN, L. Pedro; BURGHGRAVE, Thierry de. Texto apresentado no VIII Colóquio de Pesquisas sobre Instituições Escolares – Pedagogias Alternativas, São Paulo: Universidade Nove de Julho - UNINOVE, 10 de novembro de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB).

Parecer n. 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF: CNE/CEB, 2000.

_____. _____. Parecer n. 36/2001. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF: CNE/CEB, 2001.

CALAZANS, M. J. C. Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J.; DAMASCENO, M. N. (Org.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papyrus, 2005.

CALVÓ, Pedro Puig. Introdução. In: **Pedagogia da Alternância** – alternância e desenvolvimento. Primeiro Seminário Internacional. Salvador: Dupligráfica Editora, 1999.

FRANCA-BEGNAMI. **Inserção Socioprofissional de Jovens do Campo:**

Desafios e Possibilidades de Egressos das Escola Família Agrícola Bontempo.

Dissertação de Mestrado. FaE-UFMG, Belo Horizonte, MG, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Coleção AIDEFA. Trad. Thierry De Burghgrave. Petrópolis: Vozes, Paris: Aimfr, 2007.

HADDAD, Sérgio. A educação continuada e as políticas públicas no Brasil. RIBEIRO, V. M.(Org.). In: **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

MOLL, Jaqueline. Apresentação. (Org.). In: MOLL, J. **Educação de jovens e adultos**. 2. ed.Porto Alegre: Mediação, 2005.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 5. ed. São Paulo: Edições, Loyola/IBRADES, 1987.

PASSOS, Joana Célia dos. Educação de jovens e adultos no campo. In: **Educação de jovens e adultos do campo**. Boletim 15, TV Escola/Salto para o futuro. SECAD/MEC, setembro, 2006.

PROJETO POLITICO PEDAGOGICO, 2001, Escola FamíliaAgricola Vida Bontempo.

PROJETO SEMEAR. (2004). *Educação e profissionalização dos agricultores familiares visando ao desenvolvimento sustentável*. Bahia:DEQ/FAT/PNQ/MTE: FASE.

Revista **Eletrônica Saberes da Educação** – Volume 5 – nº 1 – 2014

SOARES, Edla. *Propostas de Diretrizes Operacionais para a Educação Rural no Brasil*. Seminário Nacional de Educação Rural e Desenvolvimento Local Sustentável 17 a 21de setembro de 2001, Brasília, 2001.

SOARES, Leôncio J.G. Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, Arlete Ramos dos, SOUSA, Gilvan dos Santos, UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE A EJA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO. Revista Trabalho& Educação, Belo Horizonte, v.21, n.3, p.237-256, set./dez.2012.

SILVA, L. H., **As experiências de formação de jovens do campo – Alternância ou Alternâncias?** Viçosa: UFV, 2003.

SOUZA, Joao Valdir Alves de, Pedagogia da alternância: Uma alternativa consistente para escolarização rural? Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT14-4500--Int.pdf> Acesso dia 28/09/2014.